

# O NOVO SENADO



(E seus debates maravilhosos)

O dia primeiro de março desencadeou uma transformação radical no velho e tranquilo Senado. O que há bem pouco tempo era (tal qual as cores que dominam o seu plenário) crepuscularmente dominado pelos discursos retóricos e monótonos, subitamente foi abalado até as raízes. Se antes era quase impossível distinguir-se a existência de dois partidos, (dado a "uniformidade" criada pela repetição dos mesmos - e menores - problemas) hoje a efervescência dos debates roubou à Câmara toda a verve e movimentação. O Senado hoje é uma movimentada praça pública. Eis alguns exemplos.

## VIANA X KRIEGER

(Um esclarecimento à luz da história)

LUIZ VIANA (Bahia) (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não será necessário que diga à Casa do encantamento, do prazer, com que ouvi a eloquente oração do meu amigo e velho companheiro de lutas, no Partido Libertador, o senador Paulo Brossard, honra da cultura e da inteligência do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Disse S. Exa., entretanto, no final da sua oração, repetindo e adotando uma frase do nosso eminente companheiro, senador Jarbas Passarinho: - "Sepultemos os nossos mortos".

Eu desejo acrescentar à frase de S. Exa. alguma coisa a mais: - "Também honremos os nossos mortos".

E aqui estou, Sr. Presidente, para honrar um grande morto, que é o Presidente Castello Branco. (Palmas.)

S. Exa., naquilo que chamou "A Autonomia Descritiva" e que poderia chamar "A Autonomia Descritiva da Oposição"... e que poderia chamar de "anatomia descritiva da Oposição", esqueceu-se que devemos antes de tudo fazer a anatomia descritiva da História. Portanto, aqui estou para falar sobre dois episódios, Sr. Presidente, dos quais participei e que só fazem honrar a memória do eminente Presidente, dos seus ideais, da sua correção como Presidente da República, como homem de Estado e como homem realmente apegado às ideias legalistas democráticas.

Começarei por me referir ao Ato Institucional nº 2, Sr. Presidente, e sou uma das testemunhas que aqui podem depor do constrangimento com que o Presidente Castello Branco teve necessidade de assinar aquele Ato em outubro de 1965. Foi a maneira, entretanto, Sr. Presidente, de salvar a legalidade e é isso que quero deixar aqui acentuado: o Ato nº 2 foi feito não contra a Constituição, mas para salvar a Constituição e a lei. Tinha S. Exa. o Presidente da República esgotado todos os meios possíveis, os meios políticos, os meios legislativos, enviando a esta Casa inclusive proposição e somente no momento em que o eminente marechal Cordeiro de Farias e, se me lembro bem, o nobre senador Daniel Krieger comunicaram ao Presidente a impossibilidade de se obter pelo Legislativo as medidas indispensáveis para dar posse aos Governadores eleitos da Guanabara e de Minas Gerais, foi que S. Exa. se resolveu a assinar o Ato nº 2.

DANIEL KRIEGER (Rio Grande do Sul) - V. Exa. me permite um aparte?

LUIZ VIANA (Bahia) - Com muito prazer e honra.

DANIEL KRIEGER (Rio Grande do Sul) - Eu me sinto no dever de prestar a V. Exa. um esclarecimento, na qualidade de líder do Presidente Castello Branco. O Presidente Castello Branco enviou ao Congresso Nacional umas emendas destinadas a assegurar a permanência da Revolução. Com essas emendas, apesar do seu trabalho e do nosso esforço e do esforço do eminente deputado Pedro Aleixo, não conseguiram atingir o seu objetivo, que S. Exa. a contragosto resolveu editar o Ato Institucional nº 2. Quero ainda narrar a V. Exa. um episódio, que é muito elucidativo e que demonstra grande formação liberal do Presidente Castello Branco. Ele me pediu que eu desse notícia a ele antes da decisão do Congresso. A uma hora da madrugada, eu notifiquei a S. Exa. de que, as Emendas destinadas a salvaguardar a Revolução e manter a ordem, não seriam aprovadas pelo Congresso Nacional. Então, ele pediu-me que eu retirasse o Senado, em que nós tínhamos absoluta maioria, para que ele, não se visse constrangido, no dia seguinte, de editar um ato contra a decisão do Congresso Nacional.

LUIZ VIANA (Bahia) - Agradeço o aparte de V. Exa. que confirma as assertivas que venho fazendo.

Pois bem, Sr. Presidente, foi justamente, para preservar a constituição, para preservar a lei, para preservar a democracia, que o Presidente Castello Branco assinou o Ato nº 2.

## AGENOR X LUIS VIANA

(Um problema nacional)

Por que essa diferenciação quando na fixação dos salários?

Por que? Por que o Nordeste é pobre? LUIZ VIANA (Bahia) - Permite V. Exa. um aparte?

AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) - Por que o Nordeste é pobre para ter um salário condigno? É lógico, justo e humano que também será pobre para se igualar em termos de São Paulo, em obrigação tributária e social. Com muito prazer.

LUIZ VIANA (Bahia) - Queria dizer a V. Exa., cujo discurso estou ouvindo com muita atenção, e devo dizer com muita simpatia, devo dizer a V. Exa. que nesta luta contra o ICM, V. Exa. terá todo o nosso apoio. E, quero acrescentar aqui um pequeno depoimento, quando na elaboração da Carta de 67, se tratou de instituir o ICM, não havia nenhuma dúvida que o ICM seria prejudicial ao Nordeste, aos Estados menos industrializados, e justamente para compensar o ICM, criou-se o Fundo de Participação. Mas, infelizmente, pouco depois de iniciado o Governo do Presidente Costa e Silva, o Fundo de Participação, foi reduzido a metade, enquanto que o ICM foi mantido na sua integralidade, causando, realmente, o empobrecimento constante, gradativo, pertinaz de todo o Nordeste brasileiro.

AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) - Muito obrigado, nobre Senador Luiz Viana, fico imensamente grato que um dos vice-líderes, do Governo, com assento nesta Casa, ajude...

LUIZ VIANA (Bahia) - Mas, eu não sou vice-líder.

AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte) - Mas, o será, não resta a menor dúvida... ajude, nesta oportu-

nidade, a um humilde Senador do Nordeste e, dando-lhe as mãos, para fazer com que o Governo fique sensível este problema que não é só de Agenor Maria, de Luiz Viana, mas, de todo povo brasileiro.

## SARNEY X FRANCO

(Os inefáveis poderes do regimento)

JOSÉ SARNEY - Em primeiro lugar, atendo do à sugestão do eminente líder do Movimento Democrático Brasileiro, senador Franco Montoro, de que devemos tratar sempre com o maior carinho os que chegam, as minhas primeiras palavras são de agradecimento ao senador Itamar Franco, pelo fato de V. Exa. ter tentado fazer com que eu adiasse, de hoje para amanhã, as palavras que tenho por proferir nesta tribuna.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Desculp V. Exa. Posso interrompê-lo um minuto, por favor?

JOSÉ SARNEY (Maranhão) - Isto começando o meu discurso. Peço a sua benevolência.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Precisamos prestar um esclarecimento a V. Exa.

JOSÉ SARNEY (Maranhão) - Na verdade, Sr. Presidente, nós temos que ter algumas diretrizes, algumas lições. E, ontem, ouvimos aqui o brilhante representante pelo Rio Grande do Sul a nos dar os lúzeiros dos que nos antecederam nesta Casa. O Visconde do Rio Branco, que era um "gentleman" no trato parlamentar, dizia sempre: "Aprendi assim com o Marquês de Abranches, que era o mestre das excelências parlamentares. Assim, é o meu dever, em primeiro lugar agradecer a V. Exa. a bondade que me faz, de me privar deste encargo difícil e a V. Exas. de terem de me ouvir. Muito obrigado.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Permite V. Exa. um aparte? Com o maior respeito.

JOSÉ SARNEY (Maranhão) - Acho que o aparte de V. Exa. ainda não caberia no início das minhas palavras.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Se V. Exa. fosse gentil comigo, gostaria que me concedesse.

JOSÉ SARNEY (Maranhão) - Pois, com a maior boa vontade.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Excelência, longe de mim que a Casa deixasse, nesta tarde, de ouvir a sua voz. Aqui cheguei com o mesmo espírito de V. Exa. Já o conhecia antes de chegar a esta Casa.

Apenas lembrei - e respeitosamente - ao líder da Maioria, e o fiz apoiado no Regimento Interno desta Casa, que S. Exa., ontem, baseado no art. 66, delegou ao nobre senador pela Bahia poderes para que falasse em seu nome. O Regimento Interno da Casa diz que essa delegação só poderá ser feita uma vez por semana. Então, veja V. Exa. que, com a minha benevolência, não levantando questão de ordem com a Mesa, que respeito, V. Exa., agora, neste instante, poderá realmente falar, infringindo o Regimento Interno da Casa.

JOSÉ SARNEY (Maranhão) - Agradeço a V. Exa. porque achava que a intervenção de V. Exa. vinha ajudar-me. Havia um Presidente desta Casa do Congresso Nacional, da terra de V. Exa., que advertia os oradores ruins com o tempo, e dizia: "o tempo, o amigo"; e V. Exa. me adverte da mesma maneira, nesta tradição: "o Regimento, o amigo". V. Exa. há de compreender que é com esse espírito que começo as minhas primeiras palavras. Quero agradecer a V. Exa.

Sr. Presidente, em primeiro lugar saudemos a volta do debate parlamentar; saudemos a presença do Congresso Brasileiro no centro da discussão dos problemas nacionais; saudemos o Congresso Brasileiro como fórum de debates dos grandes problemas deste país. E se alguém quiser perguntar os caminhos que estão sendo percorridos pela distensão, um deles, o maior, talvez, que pudéssemos indicar, nestes dias, seria o da grandeza com que o Congresso hoje se apresenta em face da Nação, porque sem Congresso não há Democracia; e se estamos vivendo num Congresso livre, saudemos também, através dele, a Democracia no Brasil.

## PORTELLA X MONTORO

(A irredimível memória)

PRESIDENTE (Magalhães Pinto) - Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria Senador Petrônio Portella. (...)

Portella (...) Mas, Sr. Presidente, estou profundamente frustrado, porque, quando comecei a ouvir o nobre representante do Rio Grande do Sul, até a altura de uma hora e quarenta e cinco minutos, fiquei perplexo e, até certo ponto, aflito. Esse discurso já conheço - dizia de mim para comigo. Não podia, todavia, jamais imaginar que o ilustre representante do povo gaúcho fosse capaz de um plágio, não imediatamente, apelei para minha memória e solicitei ao meu Gabinete que recorresse ao Arquivo da Casa e aqui tenho o Diário do Congresso Nacional de 31 de março de 1970 em que 80% do discurso proferido por S. Exa., aqui se encontra. S. Exa. leu, de um certo modo, o Senado. Apenas deu-nos pouco mais de quarenta minutos. O mais já o havia dado à Câmara dos Srs. Deputados, ocasião em que repetiu os mesmos conceitos e até estendeu também, algumas piadas. Todas elas cumpro-me acrescentar de bom gosto.

FRANCO MONTORO (São Paulo) - São os mesmos fatos e os mesmos conceitos.

PETRONIO PORTELLA (Piauí) - Eu falei que estava fazendo História. Mas a História se faz em discurso, evidente que variando a forma ou dando sentido novo. S. Exa., possivelmente, concordará com a minha...

FRANCO MONTORO (São Paulo) - O importante na História é a História e não o estilo.

PETRONIO PORTELLA (Piauí) - Peço a V. Exa. que me peça o aparte que eu o concederei como concedo a todos os companheiros. Não interessa, todavia, as minhas palavras. Eminentes considerações.

## QUÉRCIA X FRANCO X PASSARINHO

(Leibniz na berlinda)

ORESTES QUÉRCIA - Realmente, há debates aqui, e eu já venho de algum tempo na Casa, que me parecem prematuros, porque V. Exa. teria razão quando por exemplo o pensamento do orador ainda nem sequer se esboçou, e os apartes começam, mas isso de um modo geral acontece nas homenagens, e não nos apartes. V. Exa., se me permite, darei primeiro o aparte ao senador por Minas Gerais, que não tem os cinco milhões de votos, mas tem os dele também.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Ouça, V. Exa., apenas um milhão e quatrocentos mil votos. Mas V. Exa. costuma situar a Física, e eu diria em relação a números, que nos poderíamos então, lembrar Leibniz na sua Aritmética Binária, quando considera a unidade, e o zero que representa todos os números. Nesse caso eu tive apenas 1.400 mil votos em Minas Gerais. Mas apenas para dizer a V. Exa. pela oportunidade que me dá, quando propus ao senador Orestes Quêrcia, que pelo menos terminasse de expor o seu pensamento para então, aí sim, aceitar debate. A minha intenção nunca foi pretender impedir qualquer debate nesta Casa, porque eu não acho que...

JARBAS PASSARINHO (Pará) - Eu não disse tal.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Não. Mas o senador José Lindoso, que foi prometido na época esclarecer, deu como uma tentativa minha de impedir. Eu creio que nós debatemos, nós estamos aqui aprendendo ou fazendo a democracia. Apenas para terminar o meu aparte a V. Exa., eu ouvi o senador Eurico Rezende, quando se referia ao título que foi dado a V. Exa. em Campinas. Eu quero dizer também a ele que quando prefeito de Juiz de Fora, prefeito do Movimento Democrático Brasileiro, eu tive a oportunidade de convidar - talvez V. Exa. não se recorde disto, ele era então ministro do Trabalho - para que V. Exa. fosse a minha cidade e pronunciasse uma conferência no Seminário de Prefeitos de toda a região da Zona da Mata do meu Estado.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) - Muito obrigado nobre senador Itamar Franco. Apenas uma discussão paralela sobre Leibniz. V. Exa. serviu-se de Leibniz para salientar a pequenez que modestamente V. Exa. atribui a sua votação de 1 milhão e 400 mil votos. Leibniz não concordaria com isto, ele é sobretudo o gerador da teoria do infinitesimais de pequeno valor e 1 milhão e 400 mil não são infinitesimais.

ITAMAR FRANCO (Minas Gerais) - Não. Eu não disse que minha votação foi pequena não. Pelo contrário. Eu disse que Leibniz dizia que o um e o zero representavam todos os números. Não é verdade Exa.?

JARBAS PASSARINHO (Pará) - Exato. E como a sua teoria dos infinitesimais de pequeno valor é justamente a base do cálculo diferencial, é que acho que o argumento é válido para V. Exa. também. Não creio que o nobre senador por São Paulo permitiu-me por enquanto que prosseguisse o meu discurso.

## BROSSARD X PASSARINHO

(Da constituição aos solecismos...)

Largo trecho da história do Brasil foi tecido nesta Casa; ao longo de século e meio, aqui tiveram assento grandes nomes do País; entre eles vários representantes do Rio Grande do Sul: Caxias, Osório, o Visconde de Pelotas; foi senador Gaspar da Silveira Martins, um dos homens de Estado mais bem dotados que o Brasil já possuiu. Morto no exílio, faz mais de setenta anos, sua memória ainda é venerada em nossa terra, onde continua a ter prosélitos. Processada a República nas circunstâncias conhecidas, foi a vez de Pinheiro Machado, Ramiro Barcelos, Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini; são nomes colhidos a longos intervalos, lembram individualidades variadas, como variado tem sido o cenário político do Rio Grande.

Chego ao Senado pensando em quantos contemporâneos, ilustres por muitos títulos, que a ele não chegaram. Assis Brasil e Pedro Moacyr, Maurício Cardoso e João Neves, Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha. Aqui não chegou Raul Pilla, uma das mais altas expressões de homem público da nossa terra. (...)

(...) Estabelecida a ilegalidade, o medo ocupa o lugar da segurança. Para combater o medo o poder se arma de novos instrumentos. Aumenta a repressão, mas o medo continua. Quanto maior a repressão maior o medo. (...)

PAULO BROSSARD - Poderia parecer que estivesse eu a zombar com a menção desses preceitos, com os quais a Constituição de 67, realmente, se avantajou em relação à de 46.

A questão, porém, não reside na existência de textos ou na sua excelência, mas em saber se os textos são respeitados. (...)

Ora, a despeito dos preceitos constitucionais, a minha correspondência já foi censurada; hoje, não sei e porque não sei não digo; mas, já foi. Meu telefone? E historicamente censurado. Estarei dizendo alguma novidade? Até o telefone do Vice-Presidente Pedro Aleixo era censurado!

Que dizer quanto ao "respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário"? Dói falar nesse assunto, sr. Presidente. São terríveis os depoimentos e a simples referência ao tema queima como ferro em brasa.

Faz mais de trzentos anos, e pregava o Padre Vieira: "Como disse Aristóteles, as leis não são boas, porque bem se mandam, senão porque bem se guardam."

Estava eu na Câmara, àquele tempo, e me recordo que era vetado bulir na Constituição, quer dizer, emendá-la. Até o "mas... porém", do parágrafo 1º do artigo 20, era intocável.

JARBAS PASSARINHO (Pará) - V. Exa. atribui solecismo ao Congresso ou ao Presidente?

PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) - Não tenho chave desse segredo (Risos).

JARBAS PASSARINHO (Pará) - Porque, na medida em que V. Exa. foi tão contundente em relação ao projeto original, seria realmente interessante que se soubesse se a Comissão de Redação das duas Casas recebeu o "mas porém" redundante do Palácio ou se, ao contrário, foi uma colaboração do Congresso à mensagem.

PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) - Deixo à vocação dos historiadores.

JARBAS PASSARINHO (Pará) - Mas V. Exa. o é.

PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) - Mas, salvo erro meu, a causa não é difícil de localizar. Estava na imprensa, nobre Senador. As leis não devem ser feitas atabalhoadamente, pressão, prazo marcado, tempo certo sob pena de prevalecer o projeto do Governo. Em todo caso, é uma simples interpretação minha.

JARBAS PASSARINHO (Pará) - Se V. Exa. me permite, uma interrupção a mais...

PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) - Com prazer, Exa.

JARBAS PASSARINHO (Pará) - ... realmente, o assunto é irrelevante, só serviu para uma digressão. A única explicação que não aceitaria era pressão, porque ela elimina palavras - e V. Exa. mostrou que o texto dobrava palavras com a mesma significação. É verdade que o Padre Antonio Vieira escreveu uma Carta, e que disse "que não teve tempo de ser breve", ele disse que "não teve tempo de ser breve", mas jamais justificou ter tempo para empregar solecismos nas "Cartas" que escreveu, esta é a diferença.

PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) - De qualquer sorte V. Exa. me tirou a resposta.

Mas creio, Sr. Presidente, que não precisamos discutir em torno do "mas porém". (...)

De qualquer sorte, ocorre-me sugerir à reflexão do honrado sr. Presidente da República as observações do Padre Vieira no Sermão da Visitação de Nossa Senhora, pregado na Misericórdia da Bahia, em 1640, e que ainda são dramaticamente atuais. Tendo enumerado os muitos abusos, nunca corrigidos, sempre em nome da razão de estado, filosofava o famoso pregador:

"Não é miserável a república onde há delitos, senão onde falta o castigo deles".

O Brasil não tem Constituição. Tem leis, não tem lei. Nesse fato aberrante reside a causa das causas da continuada insegurança em que vive o país. A segurança é filha da lei; a quebra da legalidade é mãe da insegurança.

Mas a lei não consiste num papel impresso no Diário Oficial. A força da lei deriva da legitimidade de sua fonte geradora e da certeza, transmitida de geração a geração, de que ela obriga a todos, governados e governantes. Quando a lei é editada por quem, legalmente, não pode e, não tem competência para fazê-lo, quando a lei, como enfite que se muda de lugar conforme o gosto, ou o capricho, é mudada aqui e ali, consoante a conveniência do dia ou do embargo da ocasião, está rompida a teia invisível da segurança jurídica, sem a qual não há segurança alguma. E quando os governados não têm seguros os seus direitos, os governantes não tem seguro o seu poder. (...)

A segurança não é fruto da repressão, muito menos, da opressão; a quebra da legalidade é o germe da insegurança. O grave é que uma vez rasgada a teia, fina, invisível, resistente, a teia inconsistente, muito tempo há de passar até que outra se venha a tecer e a impor-se com o segredo do seu cimento. A quebra da legalidade se opera num instante; sua restauração exige esforços continuados.

As providências ilegais têm forte poder de procreação. Depois do golpe de 37, tão justamente estigmatizado pelo nobre Senador pelo Pará, o expediente, ainda que reconhecidamente ilícito, não mais saiu do linguajar político, jornalístico e até popular. A propósito de tudo falava-se em "golpe" e a toda hora na possibilidade, no risco, na ameaça ou na iminência de "golpe". O vocabulário caiu no recesso depois que em seu lugar o "ato" entrou em circulação e proliferação.

Infelizmente, o Ato nº 2, expedido em outubro de 65 vigente até março de 67, quer dizer, durante cerca de quinze meses, não passou para a história sem deixar sequelas duradouras. (...)

Vinte e cinco anos depois da abolição desta tribuna, Ruy insistia na mesma ideia antes, e mais de uma vez, externada:

"estou persuadido intimamente de que a grande parte, a maior parte porventura dos males sociais pelos quais ainda hoje pena-se no Brasil, se deve à influência moral da escravidão, há tantos anos entre nós já extinta".

Há palavras que, de tanto usadas, ficam com seu sentido deteriorado. Fascista é uma delas: Não direi, de qualquer forma, que a Constituição de 67 fosse fascista, mas afirmarei que ela era acentadamente autoritária, "uma Constituição forte", no juízo de Pedro Aleixo. (...)

O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) - V. Exa. me permite o primeiro aparte?

OSR. PAULO BROSSARD (Rio Grande do Sul) - Com muita honra.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Pará) - Realmente não é apenas por praxe parlamentar que eu devo dizer que lamento interrompê-lo mas concordo que V. Exa. quando leu a minha citação, leu-a com a inteira precisão. Eu me referi particularmente ao capítulo dos "Direitos individuais", e V. Exa. julga a Constituição no todo. Sendo V. Exa. constitucionalista, professor de Direito, e eu apenas aquilo que o General Humberto de Alencar Castello Branco chamava de "jurista do Realengo", a Escola que eu cursei, ofereci minha cabeça à erudição, de V. Exa. (...)

## VIRGÍLIO TÁVORA

(Um curioso soliloquio)

VIRGILIO TÁVORA (Ceará) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, vejam como é... o mais calmo, plácido e tranquilo se discutir assuntos... econômicos do que assuntos políticos.